

# INTER-RELAÇÕES ENTRE A RESPONSABILIDADE SOCIAL E O COOPERATIVISMO: COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO SUL CATARINENSE (BRASIL)

---

ESTEVAM DIMAS DE OLIVEIRA\*  
MAX RICHARD COELHO VERGINIO\*\*

BRASIL

## Introdução

Na atualidade, a responsabilidade social deve ser entendida como algo intrínseco as organizações, sejam elas privadas ou públicas. Uma empresa que infringe padrões mínimos da ética empresarial, não deve ser considerada como uma organização socialmente responsável. Nesse mesmo contexto adentra-se as cooperativas com seus princípios e valores normativos muito próximos dos ODS. Uma cooperativa para fazer jus a sua identidade deve manter-se ativa e constantemente fortalecer seus vínculos com seus associados e a comunidade ao seu entorno.

Como o estudo está focado nas cooperativas de energia elétrica, cabe ressaltar que a eletricidade é um componente essencial no desenvolvimento socioeconômico de um país, por isso a ONU no Objetivo 7 (Energia limpa e acessível) entendeu que “Assegurar o acesso confiável,

\* Estevam Dimas de Oliveira, Doutor em Sociologia Política. Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC). E-mail: doe@unesc.net

\*\* Max Richard Coelho Verginio, Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico. UNESC. E-mail: verginio@unesc.net

sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todas e todos” será o caminho para melhoria das condições econômicas e sociais de toda a população mundial. Por isso, o processo de desenvolvimento de uma região, estado ou país, está relacionada à disponibilidade e distribuição energética, o que implica em transformações para toda a população (Schlickmann; Estevam 2019).

O setor elétrico é um segmento estratégico para o processo produtivo e fundamental para o desenvolvimento de uma nação, pois é responsável em prover recursos essenciais para um amplo conjunto de setores ao longo de várias cadeias produtivas. Também é por meio do acesso à energia elétrica, um requisito básico de cidadania, que o indivíduo deixa de estar marginalizado do que se entende por desenvolvimento social e qualidade de vida (Reis, 2005).

Embora, a exploração da energia elétrica, no Brasil, tenha iniciado no final do século XIX, a eletrificação, a exemplo do que ocorreu em outras partes do mundo, notadamente em países subdesenvolvidos, teve um desenvolvimento lento, especialmente em função dos altos custos associados à extensão de rede e ao desenvolvimento de sistemas descentralizados. Duas características intrínsecas podemos ressaltar nesse mercado: os consumidores são, em geral, dispersos geograficamente e possuem baixa demanda por energia. Dessa forma, o interesse das concessionárias privadas no atendimento desse mercado acaba sendo inexistente, principalmente quando a análise se limita a questões estritamente financeiras (Pereira, et al., 2012).

Diante deste desinteresse do setor privado em oferecer este serviço, foram elaboradas políticas públicas para atender o setor de eletrificação rural, como formas de eliminar ou mitigar tais problemas. Ou ainda, cumprir o que determina a Constituição Federal que através de ações, programas ou ferramentas de combate à pobreza, a marginalização e a desigualdade social, bem como, a promoção dos direitos sociais a educação, saúde, trabalho, moradia, lazer, segurança, previdência social, proteção a maternidade e infância e assistência aos desamparados, são obrigações do Estado (Brasil, 1988).

Neste sentido o objetivo do artigo é analisar os diferenciais socioeconômicos das cooperativas do setor de eletrificação na geração de empregos produtivos na região Sul Catarinense, Brasil.

A Metodologia utilizada foi quantitativa baseada em características de trabalhadores, estabelecimentos e vínculos empregatícios formais, extraídos dos microdados das Relações Anuais de Informações Sociais (RAIS) entre os anos 2007 e 2019, com auxílio da linguagem R. A seleção dos dados corresponde a mesorregião Sul Catarinense, Brasil, vínculos do tipo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada. As cooperativas deste artigo foram identificadas pelo grupo 351 - Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0).

Em relação ao município de Forquilha houve a necessidade de corrigir a informação sobre natureza jurídica em alguns anos. O problema ocorrido na base de dados fazia desaparecer vínculos de trabalho em cooperativas de eletrificação no município em determinado ano. Estes vínculos retornavam para base de dados no período seguinte. Neste caso, foi definido uma regra para considerar os vínculos no grupo 351 do CNAE 2.0 no faltantes como cooperativas.

## **Cooperativas de eletrificação rural no sul catarinense**

A primeira menção ao setor elétrico cooperativo de eletrificação é o Art. 154, inciso III do Decreto 41.019/57, que regulamenta o Código de Águas. A referência como atividade viria com a promulgação do Decreto 1.033, de 22/05/62, que foi o primeiro marco regulatório específico para as cooperativas de eletrificação. Foi a primeira vez, no país, que as cooperativas de eletrificação foram classificadas como agentes do setor público. Este Decreto veio realizar uma ação comum no Direito: transformar uma situação de fato em uma situação de direito, trazendo para a regulamentação do setor elétrico um agente existente, a cooperativa de eletrificação, visto que o mercado, principalmente o rural não era atraente às concessionárias, fazendo com que se elegeisse

o cooperativismo como forma prioritária para alavancar o processo de eletrificação no país (Pazzini et al., 2000).

As cooperativas que atendem à demanda de eletrificação, segundo a OCB (2017), pertencem ao Ramo Infraestrutura, cuja finalidade é atender direta e prioritariamente o próprio quadro social com serviços de infraestrutura. As cooperativas de eletrificação, que são a maioria, têm como função principal a distribuição de energia elétrica através a disponibilização das redes, ou seja, sua função não é vender nem gerar energia, embora muitas no decorrer da sua história construam usinas de geração e passaram também a gerar energia elétrica (Schlickmann; Estevam 2019).

As CEs do Brasil, na sua maioria, surgiram da necessidade de levar energia elétrica às áreas de baixa densidade demográfica como são as áreas rurais em geral. Nestas áreas, o investimento em redes para distribuição de energia elétrica não era rentável a iniciativa privada, e, por consequência, não atraía as concessionárias de energia elétrica. Sendo assim, os próprios usuários se mobilizaram com recursos próprios, a fim de serem desenvolvidos os processos de construção das redes de energia elétrica e atendidos as suas necessidades. A organização das pessoas para a criação das CEs foi à forma jurídica encontrada para atender o desenvolvimento social e a melhoria da qualidade de vida, com o apoio do Estado (Pelegri, 2003).

As Cooperativas de Eletrificação, portanto, começaram a surgir no final da década de 1950, desempenhando um papel socioeconômico importante nas regiões de atuação. Em Santa Catarina, a primeira cooperativa no ramo foi inaugurada em 1959, no então distrito de Forquilha, no município de Criciúma, Sul de Santa Catarina. Na década de 1960, outras dezenas de cooperativas vieram a surgir, entre elas a Cooperativa de Eletrificação Rural de São Ludgero, em 1963; todas motivadas principalmente pela não possibilidade ou não interesse por parte da Celesc em atender as comunidades distintas, principalmente do meio rural (Ocesc, 2011; Schlickmann, Estevam 2019).

No Brasil estão em funcionamento 52 cooperativas de eletrificação, atuando principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraná e Santa Catarina (Abrade, 2014). Em 2002 as cooperativas de eletrificação rural, atuavam em aproximadamente 1.402 municípios, o que correspondia a 25% do total de municípios brasileiros, atendendo em torno de 600 mil consumidores em todo o País, concentrados nas regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste. Desse universo atendido, cerca de 75% dos beneficiados eram rurais e 25% urbanos (Aneel, 2016).

Cabe retomar as reformas da década de 1990, quando Fernando Collor de Melo assumiu a Presidência da República, começou-se a desenhar um novo modelo para o setor elétrico brasileiro. Privatização e incentivos à competição eram novas diretrizes de um setor que antes era dominado por estatais. O objetivo principal era a retomada de investimentos ao setor atingido pela crise da década de 1980 (Pelegrini, 2003).

Nesse novo modelo, não havia espaço para as cooperativas de eletrificação rural, deixando as CEs ficarem à margem do setor elétrico. Segundo Pelegrini (2003) isso impactou diretamente as CEs, ao se criar dificuldades financeiras, reduzir os investimentos pelo governo, falta de vontade de fazer eletrificação rural, preços e tarifas altos, cobrança de importâncias indevidas, pretensamente justificadas pelo aspecto de serem cooperativas, aliado aos processos de privatização do setor, foram as principais situações que levaram a uma crise das CEs. Os financiamentos dos programas de eletrificação, nesta época, estavam restritos às concessionárias estatais e as CEs, tinham as concessionárias de propriedade do Estado como suas concorrentes. Neste período, inúmeras CEs foram a falência ou incorporadas pelas concessionárias, primordialmente as localizadas na região Nordeste (Schlickmann; Estevam 2019).

Somado a isso, as cooperativas implantadas no decorrer dos anos desenvolveram um mercado que passou a se expandir no decorrer dos anos. O crescimento natural, tanto do campo como das cidades, acabou mudando o perfil de atuação da maioria dessas cooperativas propiciando oportunidades para que elas atendessem a consumidores

indistintos (rurais e urbanos), algo que o Decreto no 62.655/68 não permitia, tornando-as possuidoras de características semelhantes às concessionárias. Além disso, o crescimento das localidades de atuação das cooperativas despertou interesse de concessionárias que também se estabeleceram nesses locais, necessitando de regulamentação referente às áreas de atuação (Pelegrini, 2003), sendo mais um dos fatores que levaram a extinção de muitas CEs, conforme Simon (2011), em virtude da disputa entre as concessionárias e as CEs, baseada na falta de definição de competências, em nível federal e estadual e a incompreensão das concessionárias públicas sobre o papel das CEs.

Nesta fase, segundo Ribeiro (1993) a eletrificação, no país, se tornou uma grande confusão institucional, em que houve dualidade de competências e programas. Como as concessionárias estaduais acabam manipulando o poder concedente de maneira peculiar e circunstâncias próprias, a distribuição rural tornou-se palco de conflitos, divergências e luta pelo poder entre as diferentes concessionárias e as cooperativas de eletrificação rural. (Schlickmann; Estevam 2019).

Desta forma, as CEs enfrentam inúmeros obstáculos, segundo Munaretto (2015), entre os quais: a) operar na distribuição de energia, atendendo aos mesmos padrões de qualidade das grandes concessionárias; b) serem eficientes em seus processos, pois com áreas de atuação na distribuição de energia delimitada, ficam limitadas a obter ganhos de escala; c) as concessionárias são as distribuidoras de energia para as CEs, com subsídios. Contudo as CEs, também tem algumas vantagens, em relação as concessionárias: a) por ser menores possui maior agilidade no atendimento das ocorrências junto aos seus associados; b) atuam como agente de desenvolvimento na economia local; d) obtém maior eficiência nos processos da distribuição de energia, (apontamentos dos medidores pelos associados); c) facilidade de mobilização dos associados em programas de eficiência energética (redução de perdas de energia etc). (Schlickmann; Estevam 2019).

## COOPERATIVAS DE ELETRIFICAÇÃO RURAL NO SUL CATARINENSE

A seguir serão analisados dados sobre os vínculos formais de trabalho em cooperativas de energia elétrica situadas na mesorregião Sul Catarinense. Esta seção está organizada a partir dos conceitos que estruturam o trabalho em comparação as formas precarizadas de trabalho. Os dados disponíveis fazem parte de estatísticas disponibilizadas pelo Programa de Disseminação de Estatísticas do Trabalho (PDET). As variáveis dizem respeito ao estabelecimento, trabalhador e ao vínculo de trabalho.

### ESTABELECIMENTOS

#### 1. Atividade Econômica

Sobre a geração de trabalho pelas cooperativas com vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas, por Atividade Econômica na Mesorregião Sul Catarinense [2007-2019], estão concentrados em cinco setores: Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura; Indústrias Extrativas; Eletricidade e Gás; Comércio; Reparação De Veículos Automotores e Motocicletas; e, Outras Atividades De Serviços, conforme informações da Tabela 1.

**Tabela 1**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas. Por Atividade Econômica na Mesorregião Sul Catarinense [2007-2019]*

Ano	A	B	D	G	S	Outros	Total
2007	17.73% (712)	29.51% (1185)	21.17% (850)	21.76% (874)	8.57% (344)	1.27% (51)	100.00% (4016)
2008	14.79% (700)	44.69% (2115)	17.60% (833)	15.49% (733)	7.08% (335)	0.36% (17)	100.00% (4733)
2009	12.66% (673)	47.18% (2509)	17.39% (925)	16.90% (899)	5.64% (300)	0.23% (12)	100.00% (5318)

2010	11.91% (736)	50.49% (3120)	15.86% (980)	16.20% (1001)	5.00% (309)	0.55% (34)	100.00% (6180)
2011	10.14% (659)	52.36% (3403)	15.17% (986)	15.73% (1022)	6.14% (399)	0.46% (30)	100.00% (6499)
2012	10.67% (677)	51.17% (3246)	15.40% (977)	21.38% (1356)	1.02% (65)	0.35% (22)	100.00% (6343)
2013	17.43% (1024)	49.32% (2898)	16.81% (988)	15.01% (882)	1.09% (64)	0.34% (20)	100.00% (5876)
2014	20.28% (1325)	51.44% (3361)	12.98% (848)	14.45% (944)	0.58% (38)	0.28% (18)	100.00% (6534)
2015	17.24% (1141)	51.40% (3401)	14.83% (981)	15.31% (1013)	0.97% (64)	0.26% (17)	100.00% (6617)
2016	16.76% (1118)	50.18% (3348)	15.06% (1005)	17.06% (1138)	0.66% (44)	0.28% (19)	100.00% (6672)
2017	17.00% (1134)	50.35% (3358)	15.20% (1014)	16.63% (1109)	0.69% (46)	0.12% (8)	100.00% (6669)
2018	17.53% (1152)	47.98% (3153)	15.36% (1009)	18.34% (1205)	0.61% (40)	0.18% (12)	100.00% (6571)
2019	10.98% (831)	47.60% (3602)	12.74% (964)	26.81% (2029)	0.34% (26)	1.52% (115)	100.00% (7567)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

- A - Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura;
- B - Indústrias Extrativas;
- D - Eletricidade e Gás;
- G - Comércio; Reparação De Veículos Automotores e Motocicletas;
- S - Outras Atividades De Serviços.

A tabela 1, do ponto de vista geral, apresenta um avanço importante no número de contratações de trabalhadores em cooperativas, dentro da mesorregião sul catarinense. A atividade agrícola quase dobrou os vínculos de 2007 até 2014, seguido de um recuo até o final da série mantendo saldo superior. Enquanto isso o setor extrativo mineral, já

iniciando o maior número de vínculos apresentou ganhos durante a série, finalizando no ano de 2019 com pouco mais que o triplo. No seguimento de eletricidade e gás, a variação foi um pouco menor, apresentando avanços e recuos até o final da série, encerrada com saldo superior ao inicial. No setor de Comércio, houve variações positivas e negativas durante a série, mas o salto do ano de 2018 para 2019 representou um ganho próximo aos 150%. Outras atividades de serviço, foi a menos representativa entre os setores e apresentou declínio acentuado no número de vínculos. Os demais setores não tiveram resultado significativo, para aparecer no quadro durante a série, mas saltaram de 12 para 115 vínculos de 2018 para 2019. O balanço saltou de 4016 para 7567, do início ao final da série para o modelo cooperativo.

Na Tabela 2, são apresentados os municípios Sul Catarinenses com sede de Cooperativas de Eletrificação. Considerando os Vínculos Formais de Trabalho nas Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense.

## Município com Cooperativas de Eletrificação

**Tabela 2**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense [2007-2019]*

Município	2007	2011	2015	2019	Média Anual
Armazém	6.00% (51)	4.56% (45)	6.52% (64)	6.12% (59)	5.81% (55)
Braço do Norte	6.59% (56)	7.20% (71)	8.26% (81)	1.45% (14)	5.92% (56)
Cocal do Sul	6.82% (58)	6.19% (61)	6.73% (66)	7.99% (77)	6.98% (66)

Forquilha	10.47% (89)	9.63% (95)	8.77% (86)	8.40% (81)	9.30% (88)
Gravatal	3.53% (30)	3.75% (37)	3.67% (36)	3.63% (35)	3.59% (34)
Içara	11.53% (98)	11.26% (111)	9.48% (93)	11.00% (106)	10.78% (102)
Jacinto Machado	3.53% (30)	3.65% (36)	3.87% (38)	3.11% (30)	3.59% (34)
Morro da Fumaça	6.12% (52)	6.69% (66)	5.81% (57)	5.29% (51)	5.92% (56)
Praia Grande	7.53% (64)	7.40% (73)	8.15% (80)	10.06% (97)	8.25% (78)
São Ludgero	4.35% (37)	4.06% (40)	4.18% (41)	4.36% (42)	4.23% (40)
Treviso	3.53% (30)	4.36% (43)	4.18% (41)	5.91% (57)	4.55% (43)
Treze de Maio	5.06% (43)	5.07% (50)	6.22% (61)	6.95% (67)	5.81% (55)
Tubarão	8.00% (68)	7.71% (76)	8.05% (79)	7.88% (76)	7.93% (75)
Turvo	12.71% (108)	12.47% (123)	10.30% (101)	12.66% (122)	12.05% (114)
Outros	4.24% (36)	5.98% (59)	5.81% (57)	5.19% (50)	5.29% (50)
Total	100.00% (850)	100.00% (986)	100.00% (981)	100.00% (964)	100.00% (946)

Fonte: RAIS (2007-2019).

1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.
2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

## Tamanho do estabelecimento

**Tabela 3**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Tamanho do Estabelecimento [2019]*

Tamanho Estabelecimento	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Zero	2.83% (21669)	0.00% (0)	2.83% (21669)
Ate 4	17.41% (133137)	0.00% (0)	17.39% (133137)
De 5 a 9	15.12% (115640)	0.93% (9)	15.11% (115649)
De 10 a 19	15.28% (116803)	2.80% (27)	15.26% (116830)
De 20 a 49	16.64% (127211)	20.12% (194)	16.64% (127405)
De 50 a 99	9.71% (74241)	52.49% (506)	9.76% (74747)
De 100 a 249	10.53% (80543)	23.65% (228)	10.55% (80771)
De 250 a 499	6.71% (51310)	0.00% (0)	6.70% (51310)
De 500 a 999	4.45% (33991)	0.00% (0)	4.44% (33991)
1000 Ou Mais	1.32% (10121)	0.00% (0)	1.32% (10121)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Pelo número de trabalhadores que a tabela 3 traz, podemos perceber que as cooperativas representam muito menos que as não cooperativas quando ao número de vínculos, dentro do computo geral, no entanto, apresentam um padrão de serem mais intensivas em mão de obras, apresentam maior média de vínculos.

## Trabalhador

### 1. Escolaridade

A tabela 4 mostra o nível de instrução escolar para os trabalhadores de cooperativas e não cooperativas. Enquanto as cooperativas apresentam uma importante vantagem no nível superior completo e incompleto, os estabelecimentos não cooperativos apresentam a mesma vantagem nos níveis médio e médio incompleto. Nos níveis menores ocorre uma alternância e participações percentuais pequenas. Nos níveis de mestrado e doutorado, as não cooperativas apresentam valores absolutos importantes comparativamente, apesar de não serem representativos percentualmente em relação aos vínculos totais.

**Tabela 4**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Nível de Escolaridade [2019]*

Nível de Escolaridade	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Analfabeto	0.26% (1964)	0.52% (5)	0.26% (1969)

Até 5a Incompleto	2.30% (17567)	0.93% (9)	2.30% (17576)
5a completo Fundamental	2.13% (16305)	3.42% (33)	2.13% (16338)
6a a 9a Fundamental	4.59% (35096)	3.84% (37)	4.59% (35133)
Fundamental Completo	8.04% (61441)	4.77% (46)	8.03% (61487)
Médio Incompleto	7.50% (57342)	4.46% (43)	7.50% (57385)
Médio Completo	61.30% (468722)	47.20% (455)	61.28% (469177)
Superior incompleto	4.93% (37714)	10.58% (102)	4.94% (37816)
Superior Completo	8.90% (68023)	24.17% (233)	8.92% (68256)
Mestrado	0.05% (372)	0.10% (1)	0.05% (373)
Doutorado	0.02% (120)	0.00% (0)	0.02% (120)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

## Sexo do trabalhador

Na tabela 5 na comparação quanto aos sexos dos trabalhadores, a representatividade do sexo feminino em relação ao masculino, em não cooperativas é maior do que em cooperativas, mais precisamente 17,54% maior.

**Tabela 5**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Sexo do Trabalhador [2019]*

Sexo Trabalhador	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Masculino	62.44% (477481)	79.98% (771)	62.47% (478252)
Feminino	37.56% (287185)	20.02% (193)	37.53% (287378)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

## Faixa Etária

Na tabela 6 temos a faixa etária, comparando cooperativas e não cooperativas, que mostram uma maior média etária entre os trabalhadores de cooperativas, que pode ser um reflexo da menor rotatividade, fazendo

com que os trabalhadores fiquem por longos anos da carreira profissional, dentro da mesma empresa cooperativa.

**Tabela 6**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Faixa Etária [2019]*

Faixa Etária	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
10 a 14 anos	0.00% (0)	0.00% (0)	0.00% (0)
15 a 17 anos	0.90% (6899)	0.00% (0)	0.90% (6899)
18 a 24 anos	22.57% (172577)	7.47% (72)	22.55% (172649)
25 a 29 anos	17.97% (137420)	10.89% (105)	17.96% (137525)
30 a 39 anos	29.29% (223945)	34.65% (334)	29.29% (224279)
40 a 49 anos	17.28% (132128)	24.79% (239)	17.29% (132367)
50 a 64 anos	11.30% (86396)	20.75% (200)	11.31% (86596)
65 anos ou mais	0.69% (5301)	1.45% (14)	0.69% (5315)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

## Vínculo de trabalho

### 1. Remuneração

A tabela 7 traz que os estabelecimentos cooperativos apresentam maior nível de remuneração em comparação com outros estabelecimentos, com maior participação em número de vínculos formais dentro de faixas salariais mais altas, enquanto isso se inverte nas menores remunerações.

**Tabela 7**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Faixa de Remuneração em dezembro [2019]*

Faixa Remuneração Dezembro	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Até 0,50 salários mínimos	0.30% (2270)	0.10% (1)	0.30% (2271)
0,51 a 1,00 salários mínimos	2.60% (19862)	0.52% (5)	2.59% (19867)
1,01 a 1,50 salários mínimos	14.92% (114051)	0.62% (6)	14.90% (114057)
1,51 a 2,00 salários mínimos	17.44% (133378)	3.94% (38)	17.43% (133416)
2,01 a 3,00 salários mínimos	14.49% (110784)	12.97% (125)	14.49% (110909)
3,01 a 4,00 salários mínimos	4.98% (38086)	14.63% (141)	4.99% (38227)

4,01 a 5,00 salários mínimos	2.11% (16098)	17.12% (165)	2.12% (16263)
5,01 a 7,00 salários mínimos	1.60% (12207)	21.99% (212)	1.62% (12419)
7,01 a 10,00 salários mínimos	0.57% (4393)	9.85% (95)	0.59% (4488)
10,01 a 15,00 salários mínimos	0.25% (1913)	3.63% (35)	0.25% (1948)
15,01 a 20,00 salários mínimos	0.06% (428)	0.93% (9)	0.06% (437)
Mais de 20,00 salários mínimos	0.04% (332)	0.41% (4)	0.04% (336)
(faltante)	40.65% (310864)	13.28% (128)	40.62% (310992)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

## Tempo de emprego

A tabela 8 mostra uma menor rotatividade de vínculos formais de trabalho em cooperativas, quando comparado com estabelecimentos não cooperativos, demonstrando uma maior longevidade dos trabalhadores dentro das cooperativas.

**Tabela 8**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Tempo de Emprego [2019]*

Faixa Tempo de Emprego	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Até 2,9 meses	18.23% (139380)	0.52% (5)	18.21% (139385)
3,0 a 5,9 meses	10.45% (79884)	1.14% (11)	10.44% (79895)
6,0 a 11,9 meses	15.56% (118956)	2.49% (24)	15.54% (118980)
12,0 a 23,9 meses	17.24% (131860)	7.99% (77)	17.23% (131937)
24,0 a 35,9 meses	9.19% (70279)	6.43% (62)	9.19% (70341)
36,0 a 59,9 meses	10.31% (78870)	10.68% (103)	10.31% (78973)
60,0 a 119,9 meses	11.74% (89757)	20.85% (201)	11.75% (89958)
120,0 meses ou mais	6.97% (53318)	49.90% (481)	7.03% (53799)
(faltante)	0.31% (2362)	0.00% (0)	0.31% (2362)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

### **Hora contratual semanal**

Um importante indicador para verificar a qualidade do emprego gerado por cooperativas é a modalidade do contrato em relação a carga horária de trabalho semanal. Na tabela 9, na comparação quanto à carga horária as cooperativas apresentam cargas horárias compatíveis com trabalho formal não parcial e não intermitente, como apresentado anteriormente. As cargas horárias variam entre 40 e 44 horas semanais, com uma pequena participação de 20 até 30 horas, provavelmente representado pela presença de alguns estagiários ou aprendizes, enquanto nas empresas não cooperativas da mesma forma, só que apresentando alguns trabalhadores com carga horária inferior às 20 horas semanais. As empresas não cooperativas no comparativo também têm maior participação de carga horária de 44 horas, enquanto as cooperativas têm um pouco mais de contratos dentro das 40 horas, que pode sinalizar um descanso aos sábados.

#### **Tabela 9**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Faixa de Hora Contratual [2019]*

Faixa Hora Contratual	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Até 12 horas	0.54% (4099)	0.00% (0)	0.54% (4099)
13 a 15 horas	0.11% (804)	0.00% (0)	0.11% (804)

16 a 20 horas	0.63% (4816)	0.83% (8)	0.63% (4824)
21 a 30 horas	2.63% (20098)	0.83% (8)	2.63% (20106)
31 a 40 horas	4.42% (33829)	17.32% (167)	4.44% (33996)
41 a 44 horas	91.01% (695899)	75.73% (730)	90.99% (696629)
(faltante)	0.67% (5121)	5.29% (51)	0.68% (5172)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

Na tabela 10, a seguir, a comparação é para a categoria de trabalho por tempo parcial, mostrando a mesma conclusão que a tabela anterior, havendo a inexistência em cooperativa e uma pequena representatividade nas demais categorias empresariais. São pelo menos 0,49% de participação, representando 3727 vínculos de trabalho formal.

**Tabela 10**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Indicador de Trabalho por Tempo Parcial [2019]*

Indicador Trabalho por tempo Parcial	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
não	99.51% (760939)	100.00% (964)	99.51% (761903)
sim	0.49% (3727)	0.00% (0)	0.49% (3727)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

### **Trabalho por tempo intermitente**

A Tabela 3 apresenta Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Indicador de Trabalho por Tempo Intermitente. No Brasil a legislação sobre trabalho intermitente foi implementada a partir da lei 13.467/2017 em meio a controvérsias e “na contramão daquilo que se entende por inclusão socioeconômica e trabalho digno, pois não permite sequer o mínimo: que o trabalhador alcance dignidade de subsistência própria e de sua família.” (GOLDSCHMIDT; REIS, 2019, p. 39). Neste sentido a ausência de vínculos de trabalho do

tipo intermitente cooperativas de energia elétrica é um ponto positivo da força contrária que o cooperativismo promove contra a precarização do trabalho. A comparação dentro do setor de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre empresas cooperativas e outros estabelecimentos, para a categoria de trabalho intermitente. A conclusão é pela inexistência de trabalho intermitente em cooperativas, enquanto para as demais categorias empresariais, a presença já chega aos 0,14%, que representa 1082 vínculos.

**Tabela 11**

*Vínculos Formais de Trabalho em Cooperativas do setor Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica na Mesorregião Sul Catarinense por Indicador de Trabalho por Tempo Intermitente [2019]*

Indicador trabalho por tempo intermitente	OUTROS ESTABELECIMENTOS	COOPERATIVA DE ENERGIA ELÉTRICA	Total
Não	99.86% (763584)	100.00% (964)	99.86% (764548)
Sim	0.14% (1082)	0.00% (0)	0.14% (1082)
Total	100.00% (764666)	100.00% (964)	100.00% (765630)

Fonte: RAIS (2007-2019).

Obs.: 1. Vínculos Ativos, Tipo de vínculo CLT, Natureza Jurídica Especial igual a Entidade Empresa Privada.

2. CNAE 2.0 - Grupo: 35.1 Geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

## Considerações finais

Os resultados apontam para relevância das cooperativas atuantes no setor de eletrificação rural para região analisada. Ressalta-se que as cooperativas no setor eletrificação tiveram melhores indicadores em relação ao tempo de emprego quando comparados com organizações similares. As cooperativas apresentaram maior estabilidade em tempo de emprego, em relação as empresas não-cooperativas que atuam no mesmo setor.

Conclui-se que as cooperativas, no que diz respeito a geração de emprego, são condizentes com o objetivo número 7 (ONU no Objetivo 7 - Energia limpa e acessível) e 8 das ODS, inclusive em anos de desaceleração econômica, logo são de maior qualidade dos vínculos gerados.

## Referências bibliográficas

- Abrade (2014). Entenda a Indústria de Energia Elétrica. Brasília: Abrade. Recuperado de <http://www.abradee.com.br>
- ANEEL (Org.). Atlas de energia elétrica do Brasil.2008. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/Brasil>. Constituição (1988), *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico.
- Brasil. Decreto nº 62.655, de 03 de maio de 1968. Regulamenta os serviços de energia elétrica. Recuperado de [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1950-1969/D62655.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D62655.htm).
- Goldschmidt, R., & Reis, B. D. F. (2019). Uma análise do trabalho intermitente à luz do direito à inclusão socioeconômica. *Desenvolvimento Socioeconômico Em Debate*, 4(2), 29. <https://doi.org/10.18616/rdsd.v4i2.4920>.
- Ocb (2017). Ramos do cooperativismo. Recuperado de <http://www.ocb.org.br/ramos>.
- Ocesc (2011). Unidos por uma vida melhor: A força do cooperativismo em Santa Catarina. Florianópolis: Expressão.

- Munaretto, L. F. (2015). Um estudo relativo ao processo histórico das cooperativas de eletrificação: o caso do Brasil e Estados Unidos. RGC, Santa Maria, v.2, n.3, 83-96. Recuperado de file:///C:/Users/Casa/Downloads/17059-89846-1-PB%20(2).pdf.
- Pazzini, L. H. A. et al. (2000). Inspeção de cooperativas de eletrificação rural em São Paulo - um passo para sua regularização. Campinas: III Encontro de Energia no Meio Rural, AGREENER, Anais. CD ROOM, UNICAMP
- Pereira, M. G. et al. (2012). *Políticas públicas de eletrificação rural: Na superação da pobreza energética brasileira*. Rio de Janeiro: Synergia.
- Ribeiro, F. S. (1993). Eletrificação rural de baixo custo. São Paulo: Tese (Livro Docência) - Escola Politécnica, Universidade de São Paulo.
- Reis, L. B. et al. (2005). *Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Manole.
- Schlickmann, F., Estevam, D. O. (2019). Políticas públicas de eletrificação rural no Brasil: a trajetória da cooperativa de eletricidade de São Ludgero/SC, *Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana*, (marzo). Recuperado de <https://www.eumed.net/rev/oel/2019/03/eletrificacao-rural-brasil.html>.
- Simon, C. (2011). A revolução silenciosa: A saga da eletrificação rural cooperativada do RS. Porto Alegre: SESCOOP-RS.